

## Fundamentos da Petição Inicial

Os requisitos gerais para a constituição da petição inicial no processo trabalhista encontram-se no art. 840 da CLT:

**Art. 840.** A reclamação poderá ser escrita ou verbal.

§1º Sendo escrita, a reclamação deverá conter a designação do juízo, a qualificação das partes, a breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio, o pedido, que deverá ser certo, determinado e com indicação de seu valor, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante.

§2º Se verbal, a reclamação será reduzida a termo, em duas vias datadas e assinadas pelo escrivão ou secretário, observado, no que couber, o disposto no § 1º deste artigo.

§3º Os pedidos que não atendam ao disposto no § 1º deste artigo serão julgados extintos sem resolução do mérito.

Assim, o art. supracitado dispõe que a inicial poderá ser escrita ou verbal. Nessa última hipótese, será reduzida a termo, em duas vias, assinada pelo escrivão ou diretor de secretaria, bem como distribuída antes da sua redação a termo. Contudo, na prática, a peça mais utilizada pelos advogados é a escrita.

É necessário ter em vista que as iniciais verbais não são admitidas em casos de ação rescisória, ação cautelar, ação de consignação em pagamento, *habeas corpus*, *habeas data* e mandados de segurança. Posto que a legislação, no **art. 1º da IN/TST 27/2005**, bem como a jurisprudência, pela **Súmula 425 do TST** preveem que, nos casos citados, há uma forma específica para a elaboração dessas peças. Esse tipo de petição é regulado nos **arts. 853 e 856 da CLT**, segundo os quais, o inquérito para apuração de falta grave e a petição do dissídio coletivo, nesta ordem, devem sempre ser escritos.

Em resumo, e a petição deverá conter:

- A designação do presidente da Vara, ou do juiz de direito, a qual for dirigida;
- A qualificação das partes;
- A exposição dos fatos que levaram ao litígio;
- O pedido;
- A data;
- A assinatura do reclamante, bem como de seu representante legal;

Além de cópia em duas vias, conforme o art. 787 da CLT, pois uma representará a peça de inauguração do processo e a outra será entregue ao reclamado, juntamente com a notificação citatória.

**Art. 787 .** A reclamação escrita deverá ser formulada em 2 (duas) vias e desde logo acompanhada dos documentos em que se fundar.

Necessário frisar que a petição inicial no processo trabalhista utiliza-se do **princípio da simplicidade**, diferindo substancialmente do que está previsto no Código de Processo Civil, principalmente, no tocante aos **fundamentos jurídicos do pedido, especificações do pedido, valor da causa, provas com que o autor visa demonstrar os fatos alegados e o requerimento para citação do réu.**

As razões que levam o processo trabalhista a adotar o princípio da simplicidade decorrem de seu contexto histórico e sociológico. Como se sabe, a CLT surgiu na era Vargas, um momento em que a hipossuficiência do trabalhador era acentuada, sendo incomum um trabalhador ter condições de contratar advogados.

Em decorrência disso, priorizou-se uma petição inicial com menos rigor técnico, de forma que a primazia da realidade se sobressaísse frente ao formalismo. Por exemplo, na seara trabalhista não há despacho saneador. O juiz do trabalho terá o primeiro contato com a petição inicial no momento em que ocorre a audiência una, que é também a última oportunidade para o autor realizar modificações na argumentação apresentada e construída na inicial.

## **Modificações Trazidas pela Reforma Trabalhista**

A Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista, trouxe algumas mudanças quanto à inicial. A principal foi a equiparação dos requisitos da inicial pelo rito ordinário aos que eram exigidos no rito sumaríssimo: exigência do pedido certo e determinado atribuição de um valor à causa.

Por **certo e determinado** é o pedido especificado, diferentemente do denominado pedido genérico, que apenas aponta a pretensão sem abarcar exatamente seu conteúdo, como, por exemplo, quando o reclamante pede verbas rescisórias que lhe são devidas sem, contudo, especificá-las. Esse tipo de pedido seria prejudicial ao reclamado que sequer teria chance de produzir provas, ferindo o princípio do contraditório e da ampla defesa.

Vale ressaltar, que o **§2º do art. 840 trazido pela Lei 13.467/2017** continua permitindo que a reclamação trabalhista seja feita de forma verbal e deixa evidente que todos os requisitos fundamentais da petição inicial escrita, também se aplicam quando for feita na forma verbal. Ou seja, tanto o pedido, quanto o valor da causa, devem ser especificados nas iniciais verbais ou escritas.

Por fim, foi acrescentado o **§3º no art. 840**. Ele traz a sanção da extinção do processo sem resolução de mérito, quando o reclamante não atender às exigências ou requisitos fundamentais da petição inicial.

Assim, a atual redação da CLT, trazida pela Reforma Trabalhista, preenche algumas lacunas para sanar possíveis defasagens no campo da interpretação que poderiam levar a violações de direitos constitucionais. Por isso, a redação atual é mais uniforme e clara para todas as partes e ao magistrado.

## Inépcia da Inicial

Entende-se como inepta a petição quando houver a constatação de:

- Ausência de pedido ou causa de pedir;
- Pedido indeterminado;
- Narração dos fatos que não tenha lógica visto a conclusão;
- Pedidos que se contrariem.

A petição inepta é aquela sem validade, nula, levando à extinção do processo ou à abertura de prazo para correção.

## Litispêndência

Há litispêndência no processo trabalhista se houver repetição de ação já em curso, como previsto pelo art.337, §3º do CPC:

**Art. 337, CPC.** Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar: [...]

§3º Há litispêndência quando se repete ação que está em curso.

Sob essa perspectiva, a arguição pelo reclamado da litispêndência processual ocorre para impedir que duas ações idênticas sejam julgadas por Varas distintas, sendo necessário que uma das ações seja extinta. Visa-se também evitar a insegurança jurídica no processo e zelar pelo princípio da economia processual.

Não se deve, entretanto, confundir litispêndência com conexão processual. A conexão significa a união de duas ações, enquanto na litispêndência uma das ações será extinta sem resolução de mérito em função da existência de outra, idêntica.

## Incapacidade da Parte, Defeitos de Representação ou Falta de Autorização

Se a capacidade ou representação da parte estiver irregular, o juiz deve aplicar o estabelecido no art. 76 do CPC:

**Art. 76, CPC.** Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para

que seja sanado o vício.

§1º Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária:

I - o processo será extinto, se a providência couber ao autor;

II - o réu será considerado revel, se a providência lhe couber;

III - o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre.

No direito trabalhista há exigência da autorização pela assembleia geral da categoria para o ajuizamento de dissídio coletivo. Nessa situação, o sindicato da categoria fica responsável pela representação, conforme art. 859 da CLT:

**Art. 859.** A representação dos sindicatos para instauração da instância fica subordinada à aprovação de assembléia, da qual participem os associados interessados na solução do dissídio coletivo, em primeira convocação, por maioria de 2/3 (dois terços) dos mesmos, ou, em segunda convocação, por 2/3 (dois terços) dos presentes.